

camento do Ministério do Fomento para o corrente ano económico de 1916-1917 seja transferida para o artigo 39.<sup>º</sup>, mesmo capítulo, a quantia de 4.000\$, que sairá da verba de 251.960\$ consignada a vencimentos do pessoal da Secretaria da Direcção Geral da Agricultura, Repartição Técnica e Administrativa e Pessoal Técnico, Auxiliar, Administrativo e Menor, e será distribuída pela forma seguinte:

Pessoal dos serviços internos e vogais da Junta Consultiva de Agricultura . . . . .	200\$00
Pessoal dependente dos Serviços Agronómicos e subdelegados de saúde . . . . .	3.400\$00
Comissões de viticultura do Dão, Colares e Bucelas . . .	400\$00

Este decreto será registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, antes de publicado no *Diário do Governo*, como preceitua o n.<sup>º</sup> 5.<sup>º</sup> do artigo 25.<sup>º</sup> da citada lei.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças, e interino da Guerra, e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1917.—BERNARDINO MACHADO—Afonso Costa—Artur R. de Almeida Ribeiro—Alexandre Braga—José António Arantes Pedroso—Augusto Luís Vieira Soares—Herculano Jorge Galhardo—Ernesto Jardim de Vilhena—José Maria Vilhena Barboza de Magalhães—Eduardo Alberto Lima Basto.

(Registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública).

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

### Administração Geral dos Correios e Telégrafos

#### 3.<sup>ª</sup> Repartição

#### 1.<sup>ª</sup> Divisão

#### DECRETO N.<sup>º</sup> 3153

Convindo restabelecer o serviço de encomendas postais permutedas entre o continente da República e as ilhas adjacentes e entre estas;

Considerando, porém, a dificuldade de transportes e a extraordinária elevação dos fretes marítimos;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 44.<sup>º</sup> do decreto-lei de 24 de Maio de 1911:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho e Previdência Social, decretar o seguinte:

Artigo 1.<sup>º</sup> Em quanto subsistirem as dificuldades de transporte e a elevação dos fretes marítimos, os portes e taxas, incluindo o registo, a que ficam sujeitas as encomendas postais permutedas entre o continente da República e as ilhas adjacentes, e entre estas, são:

Até 3 quilogramas, \$20;

De mais de 3 até 6 quilogramas, \$25.

Além destes portes, a sobretaxa, por encomenda, de \$36 até 3 quilogramas e de \$72 de 3 a 6 quilogramas.

Art. 2.<sup>º</sup> As encomendas a que o artigo antecedente se refere não podem exceder o volume máximo de 25 decímetros cúbicos.

O Ministro do Trabalho e Previdência Social assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 23 de Maio de 1917.—BERNARDINO MACHADO—Eduardo Alberto Lima Basto.